

Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Gestão Escolar no Âmbito da Eja

WELTON DIAS CASTRO

Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (EJA) em andamento. Licenciado em Ciência da Computação. Especializações em EJA. Professor da Rede Municipal de Ensino de Guanambi desde 1994. É membro do Conselho Municipal de Educação de Guanambi.

E-mail: welton.pro@hotmail.com

ANTONIO AMORIM

Doutorado em Psicologia, Universidade de Barcelona da Espanha - UB (2003). Mestrado em Educação – Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (1991). Graduado em Pedagogia (1990) e em Formação Especial em Mecânica (1978). Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor-pesquisador do Mestrado em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA). Líder do Grupo de Pesquisa: Gestão, Organização e Políticas Públicas em Educação, com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. E-mail: antonioamorim52@gmail.com

TÂNIA REGINA DANTAS

Doutorado em Educação, Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) – Espanha (2009). Mestrado em Ciências da Educação pela Université de Paris VIII - França (1981) e em Didática e Organização Escolar pela UAB- Espanha (2004). Diploma de Estudos Avançados e Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Especialista em Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade de Paris I- IEDES. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (1972). Professora Titular A da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Fórum EJA Bahia desde 2000. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Formação, Autobiografia e Políticas Públicas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação e Educação e Contemporaneidade- PPGeduc. E-mail: taniaregin@hotmail.com



RESUMO

Este estudo traz em seu contexto, considerações a respeito de como se apresenta a modalidade de ensino convocada ao cumprimento de desempenhos sociais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade vem se constituindo um ambiente de acolhimento à diversidade cultural brasileira, visto que agrega sujeitos representados por distintas idades, religiões, etnias, gêneros, orientações sexuais e ideias políticas englobando, ainda, a cultura digital ao alcance dos mesmos. Destacam, também, as questões sobre a gestão escolar, já que esta tem sua gênese a partir das políticas públicas. Sendo assim, faz-se necessário a compreensão sobre o ajustamento da gestão das políticas de educação brasileiras, mais precisamente as de educação de jovens e adultos, visto que a legislação e políticas públicas do nosso país que regem a EJA necessitam de um melhor planejamento para o cumprimento ético e responsável dos programas criados pelo governo e, assim, assegurar maior acesso e permanência dos alunos na escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Gestão escolar. Políticas públicas. Diversidade cultural.

1 Introdução

Atualmente, vive-se um período caracterizado por céleres transformações nos processos econômicos, culturais e políticos. Estes, por sua vez, são indicadores que definem inovadas reivindicações para que as pessoas possam compartilhar dos recursos e ciências socialmente produzidas, desempenhando de modo pleno sua cidadania, fazendo parte do mercado trabalhista. Os processos de atualização e globalização econômica, estimulados pelo progresso tecnológico, implicam na diminuição de vagas de emprego formal em nível mundial, provocando descontentamentos nas condições: individual e social.

A exemplo de países menos desenvolvidos, dos quais o Brasil faz parte, a condição econômica é verdadeiramente desafiadora, porquanto à diminuição da taxa de serviço formal se adiciona a procedimentos de ajustamentos macro e microeconômico, que induzem à competição mercadológica a favor de países mais abastados e à redução dos gastos e campos de interferência estatal.

Assim sendo, a falta de escolaridade das gerações anteriores é um fator resultante de uma herança marcada por disparidades igualitárias constantes (OLIVEIRA, 2010). Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresenta como modalidade de ensino convocada ao cumprimento de desempenhos sociais, se constituindo em um ambiente de acolhimento à diversidade cultural brasileira, que tem a necessidade de rever seus conhecimentos a respeito do estilo de vida, trazendo uma definição sobre a sua identificação sociocultural, estudando os comportamentos e aquisições dos indicadores culturais. Ou seja, a EJA foi convocada a erguer o grau educacional da população jovem e adulta que não desfrutou das chances iguais da sua atual

geração, ampliando as capacidades profissionais e conferindo escolaridade solicitada por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo.

A compreensão a respeito do ajustamento e da gestão das políticas de educação brasileira, mais precisamente a maneira como foram se estabelecendo as políticas de educação de jovens e adultos, demandou a abrangência dos numerosos conceitos que se constituíram, empregaram e se usaram nos discursos, nas determinações legais e nas atuações que se fixaram, nas diversas conjunturas sociais e políticas, que demarcaram a ideologia das lideranças estatais neste campo educativo.

Sendo assim, as reflexões feitas neste artigo a respeito da EJA, envolvem o processo cultural, a gestão e as políticas educacionais no Brasil, mais particularmente, as políticas da educação de jovens e adultos, que denotam a reconstituição e a revisão de obras já publicadas sobre a educação pública, acerca dos planejamentos, projetos e campanhas populares que tiveram influências locais de alcance em todo o território nacional.

2 A EJA no âmbito das políticas públicas

De acordo com Valle, Leite, Andrade (2009), o analfabetismo no Brasil ainda é uma questão bastante preocupante. Entretanto, a educação de jovens e adultos vem contribuindo de forma modesta para que haja a redução dos índices de analfabetismo que, em geral, os estudiosos afirmam que ainda são altos, e vem diminuindo muito lentamente, mesmo com os programas desenvolvidos nessa modalidade de ensino. Todavia, o problema do analfabetismo adulto poderia ser resolvido, se houvesse políticas públicas eficazes de garantia, acesso e permanência desses adultos na escola.

“É muito comum nos países em desenvolvimento priorizar a formação de base face ao alto índice de analfabetos, às demandas sociais e ao mercado de trabalho que exige cada vez mais pessoas qualificadas” (DANTAS, 2005, p. 04).

Porém, o Brasil ainda precisa de políticas educacionais que dêem maior viabilidade ao acesso de todas as classes da sociedade de forma igualitária à escola, conforme afirma Bordieu (2008). Em consequência das desigualdades, muitos alunos se viram compelidos a abandonarem o sistema educativo, apesar da lei determinar que os sistemas educacionais devem viabilizar e instigar o ingresso e estabilidade desse aluno trabalhador na escola, por intermédio de ações interligadas e complementares pelas esferas do governo (VALLE, LEITE, ANDRADE, 2009).

As políticas públicas educacionais envolvem todas as ações que um governo realiza em prol da educação. Em outras palavras, políticas públicas educacionais deveriam tratar de ações planejadas e voltadas para beneficiar melhores condições da educação escolar, com o intuito de ultrapassar as dificuldades e atender às demandas da comunidade (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Brzezinski (2014), nem mesmo as modificações contemporâneas, como as que colocaram a EJA nas políticas públicas federais de financiamento, tiveram a capacidade de atender totalmente ao processo do resgate da cidadania, que se traduz, na prática, pelo direito à educação básica dessa modalidade de ensino.

A evidente preferência do governo atribuída à educação infanto-juvenil, tem resultado em uma equivocada política de marginalização destinada à EJA. Tal posicionamento tem resultado na ausência de prioridade política na esfera legislativa federal, o que se reflete no desempenho das outras esferas governamentais; conseqüentemente, do mesmo modo a sociedade confere pouca importância a essa modalidade de ensino (BRASIL, 2007).

Nesse cenário, a educação de jovens e adultos vem se constituindo num campo de disputas ideológicas que se formam partindo do choque em meio aos distintos componentes da sociedade, que demandam diferentes analogias entre a sociedade e a democracia, em prol do desenvolvimento de diversas políticas públicas (SELAU, HAMMES, 2009).

A educação de jovens e adultos, no Brasil, continuamente ocupou espaço reduzido nos sistemas educacionais, com um estilo estritamente compensatório e, em particular, voltado para os carentes de importância social (VALLE, LEITE, ANDRADE, 2009).

A partir desse contexto, a legislação e as políticas públicas do nosso país, que presentemente regem a EJA, seguem de maneira acrítica e descontextualizada escrevendo a sua própria história. Faz-se necessário, de tal modo, a identificação dos potenciais e dos desafios colocados à EJA em todo país, no âmbito legal e das políticas públicas, visando a perspectiva da educação como ação política e o direito à educação ao longo da existência humana.

Para Valle, Leite, Andrade (2009), as ações determinadas para EJA configuram-se como campanhas ou movimentos, geralmente desenvolvidas a partir do governo, em torno de organizações da sociedade civil, para efetivação de ações de combate ao analfabetismo e de desenvolvimento de mão-de-obra qualificada em breve espaço de tempo. Tais políticas não apresentam o alcance das causas do problema e se submergem na falta de continuidade administrativa, e são agregadas à educação noturna de supletivo que envolve jovens e adultos que não alcançaram a conclusão do Ensino Fundamental, na idade satisfatória.

Conforme corrobora Dantas (2012), deveria haver reformulação das políticas educativas, a fim de que as faculdades e os departamentos de Educação criem cursos de graduação, em grau de licenciatura, e cursos de pós-graduação, de especialização ou de Mestrado para garantir melhor contribuição para uma formação específica em EJA.

As Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (CNE, 2010), embora procurem dar garantias, condições e as qualidades apropriadas para essa faixa etária da população, para que possa garantir seus estudos, do mesmo modo, limitam e tornam insuficientes as propostas de cursos presenciais de EJA.

Portanto, no Brasil, é imprescindível que haja uma mudança na política de Educação de Jovens e Adultos a fim de dar garantias aos direitos expressos pela Constituição Federal e referenciados na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no que diz respeito ao ensino fundamental e à alfabetização, em especial da EJA, através do oferecida oferta de educação pública e gratuita, bem como da base técnica, pedagógica e financeira aos sistemas públicos de educação.

3 O processo da gestão escolar na EJA

A gestão escolar, embora seja diferente, tem sua origem nos princípios gerais da administração empresarial. Ela conta com o conhecimento coletivo e com recursos disponíveis para, de forma competente, tomar a decisão mais acertada, sendo o gestor responsável pelas decisões tomadas diante da comunidade e dos órgãos do sistema de educação (BARTINIK, 2012).

Caixeta (2006), afirma que pode-se retirar algumas análises e reflexões a respeito da gestão. O que entende-se a respeito do que é a gestão escolar, que considera em seu julgamento e em seu exercício social o aperfeiçoamento do ensino e da qualidade das aprendizagens, é um progresso incluso do conceito de gestão escolar, compreendido como aquele voltado às demandas de caráter estritamente administrativo.

O processo educativo ocorre, de fato, em todo período da vida humana. Compreende-se que tal ponto de vista pode se diferenciar como componente importante que se inclui no processo de gestão e que dessa forma, se possa garantir uma aprendizagem de maior qualidade. Embasados nesse processo de gestão escolar, refletindo sobre esse público específico, como é o caso da EJA, permanece implicado, direta e fundamentalmente, a ação participativa de todos os indivíduos que fazem parte da escola, visto que o gestor somente irá conseguir se desenvolver de forma efetiva a partir do suporte dado ao seu trabalho pelos sujeitos da instituição (ARAÚJO, 2010).

Amorim (2015) destaca que na conjuntura atual existe uma discussão que envolve a escola e os seus procedimentos de gestão. Tal ação se inicia no contexto das políticas públicas de governo, e atingem de forma sólida os sistemas educativos trazendo grandes impactos à vivência escolar, manifestando as dificuldades para os indivíduos que fazem parte do dia-a-dia das instituições de ensino.

Vale ressaltar, que a gestão é parte fundamental do processo educacional, cabendo aos gestores cumprir de maneira ética e responsável os programas criados pelo governo e assim,

assegurar maior acesso e permanência dos alunos na escola. A partir do trabalho, de maneira igualitária e democrática, com a comunidade, a mesma passa a sentir segurança e eficácia dos resultados conquistados no papel de cidadão possuidor de direitos, agenciando, assim, maior igualdade na oferta educacional para que se possa falar em estabelecer uma escola republicana, de verdade (OLIVEIRA, 2010).

O gestor escolar trata-se de uma personalidade que tem apresentado desempenho em um papel expressivo na constituição e na materialização de um plano diligente para a escola pública, a fim de contemplar as totais possibilidades pedagógicas e administrativas, que tragam garantias e também a qualidade e o sucesso educativo dos sujeitos que chegam às instituições escolares (AMORIM, 2015).

O papel do gestor ocupa um lugar de influência corporativa no alcance de metas, se tornando essa função muito importante para a instituição escolar, pois está diretamente ligada às relações com seus subordinados. Logo, quase tudo que ocorre de positivo ou negativo está diretamente relacionado ao nível de gerenciamento do gestor e ao seu bom desempenho.

Os gestores, no momento em que se encontram no ambiente educacional, se deparam com numerosos problemas para desenvolver as suas ações. Tais fatores contribuem para que não haja maior fortalecimento do exercício pedagógico na sala de aula, para a deficiência de valores humanos e educativos, indispensáveis à solidificação social dos educandos, uma vez que, além dos enfrentamentos para ingressar no mesmo, muitos gestores vivem com a problemática do fracasso escolar de centenas de alunos, em uma parcela numerosa de escolas (AMORIM, MUTIM, 2012).

Assim, assumir o papel de gestor exige aceitar os desafios de motivar, inspirar, e sensibilizar as pessoas para a realização da missão educacional e consecução dos objetivos visados.

4 Diversidade cultural no contexto da EJA

A Declaração Universal para a Diversidade Cultural de 2002 esclarece que a diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade (UNESCO, 2002, Ar t. 1º).

Essa diversidade humana acompanha uma grande variedade de organizações sociais e culturais, se adotarmos a ideia de que todos somos iguais e que nossas diferenças, na aparência, resultam de milhões de anos de adaptação aos diferentes meios naturais.

Ao longo dos anos, o processo histórico no Brasil deixou evidente que vem surgindo, cada vez mais, a necessidade de construção, por intermédio da tendência de informações históricas,

sociais, políticas, econômicas e culturais, de uma identidade nacional. Muitas vezes, a explicação trazida para a identidade nacional estava ligada de maneira direta aos conceitos relacionados com a nacionalidade visando, deste modo, a necessidade que existia de observar o desenvolvimento do avanço da tecnologia e do sistema de produção, embasados em um período de desenvolvimento e modernização da economia (AMARAL, 2003).

Para Durkheim (2008), uma sociedade é formada por indivíduos que conseguem conviver juntos, porquanto têm em comum valores e princípios, em parte disseminados pela escola.

A afirmativa desse padrão de modernidade, possuindo como escudo a procura de relação nacional, igualitária, étnico-cultural na adequação de um arquétipo de identificação nacional “burguesa, branca, cristã, urbana, machista, colonial e consumista” inviabiliza a evidência do óbvio, a demonstração de toda a diversidade sociocultural (FREIRE, 1996).

Diversidade sociocultural, pluralidade cultural, multiculturalidade passam a se organizar como modernos referenciais de conceitos expressivos, dos quais vêm dar garantias à valorização das culturas locais e regionais, a afirmativa da identificação e da importância dos pequenos grupos e etnias. Possui como valores basilares e essenciais a democracia e a justiça, ou seja, a equidade de chances no ingresso aos direitos e na participação aberta, independente e consciente (GADOTTI, 1995).

A diversidade cultural, como uma das características da sociedade atual, engloba a discussão que envolve o estudo humano no contexto educacional, quando destaca a educação como uma ação cultural para o desenvolvimento da mesma, a fim de construir o ser humano como um todo (CUNHA E SOUZA, 2007).

O incremento dos princípios públicos de educação, reivindicados por estratos sociais caracterizados pela diversidade cultural, e com intensas desigualdades econômicas demandou novas conjunturas de investimento público e resultou em arquétipos pedagógicos seletivos e retrógrados, o que refletiu de maneira negativa sobre a aprendizagem e o desempenho educacional, fazendo com que expressiva parcela da juventude mais carente reivindicasse caminhos educacionais interrompidos e apresentasse acentuado retrocesso escolar (DI PIERRO, 2008).

A observação de mundo de uma pessoa que volta a estudar já na fase adulta, depois um período distante do âmbito escolar, ou ainda daquela que começa sua trajetória escolar nessa faixa etária, é bastante característico da EJA. Atores principais de histórias verdadeiras e cheios de experiências já vividas, os alunos jovens e adultos se formatam em sujeitos humanos distintos. Constitui-se de homens e mulheres que vão à escola com crenças e valores já formados (BRASIL, 2006).

Atualmente, a educação de jovens e adultos aporta ao Estado e à sociedade civil o desafio de trabalharem com a diversidade, ou seja, indivíduos com necessidades especiais, pessoas

inseridas no sistema carcerário, índios, quilombolas, sem-terra, pescadores, profissionais do sexo, operários sazonais, entre outros. Essa diversidade e heterogeneidade trouxeram a necessidade de abrir novas formas de se trabalhar de formas diversificadas, sugerindo ampla viabilidade e de não mais se prender a uma conformidade contemplativa (CARRANO, 2007 apud MELLO, 2007).

Assim sendo, a EJA traz, em seu contexto, indivíduos socialmente excluídos, dos quais sofreram a negação do direito de acesso escolar ou que ainda sofreram pela negligência do mesmo no decorrer desse processo. Nas salas de aula há uma heterogeneidade de pessoas com distintas idades, religiões, etnias, gêneros, orientações sexuais e ideias políticas. Sendo assim, esse quadro revela como é imprescindível trabalhar em turmas da EJA, compreendendo e considerando tais diversidades culturais (CUNHA; SOUZA, 2007).

A partir dessa realidade, há uma necessidade de se pensar a EJA de maneira distinta, analisando as representações sociais extremamente diversas de seus componentes, procurando ultrapassar a visão de EJA apenas como um método circunscrito à alfabetização e ao desempenho de suplência, concretizando-a como modalidade da educação fundamental, nas fases fundamental e média, com distintas particularidades, segundo deliberado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (VALE, 2013).

4.1 Cultura digital

Em contextualização a essa diversidade, pode-se analisar que continuamente permaneceu presente na história da humanidade. Com a evolução das sociedades e com o desenvolvimento da tecnologia, principalmente de navegação, no século XV, iniciou-se o processo histórico da colonização da África, América e Ásia e, com ele, a imposição do etnocentrismo ocidental ao mundo, além do processo de homogeneização cultural. Durante essa caminhada histórica, a educação escolar exerceu um papel fundamental, difundindo e consolidando uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica. A imposição da cultura homogeneizante permanece cristalizada ainda hoje na cultura das sociedades em geral e, especialmente, naquelas consideradas colônias no Século XV, bem como permanecem as consequências dessa política, como a discriminação e os conflitos étnicos e religiosos (KADLUBITSKI; JUNQUEIR, 2009).

Segundo Alcoforado, (1997) os avanços da globalização não aconteceriam sem o desenvolvimento da tecnologia moderna. As novas tecnologias propiciaram grande expansão do comércio em todo mundo, promovendo maior integração entre os povos. As telecomunicações associadas aos avanços tecnológicos contribuíram muito para esse sentido.

De acordo com Barreto (2005, apud AMPARO; FURLANETTI, 2011), essa nova formatação da inclusão de uma cultura digital fez com que melhor se reorganizasse a cultura mundial no que

diz respeito à comunicação, originando diversas modificações nos meios culturais e sociais, dos quais culminou o maior acesso de uma cultura digital à analógica.

Sendo assim, em um mundo globalizado, no qual ocorrem céleres transformações, o conhecimento e a comunicação têm ocupado um lugar de suma importância, e as tecnologias têm se tornado um influente instrumento para a constituição do aprendizado contribuindo, assim, para o exercício de uma educação mais inclusiva e melhor qualificada, garantindo por completo e a todos iguais oportunidades para o ingresso e assimilação do conhecimento. Portanto, o trabalho pedagógico a ser realizado em uma turma de educação de jovens e adultos demanda maior esforço no significado de planejar atividades contextualizadas, enfatizando conteúdos e questões da vivência dos mesmos (BALDUINO, 2014).

Considerações finais

A partir das reflexões feitas neste artigo, pode-se constatar que são muitos os desafios encontrados para seguir a melhor proposta de ensino na educação de jovens e adultos, visto que os processos inerentes às políticas públicas voltadas a esta modalidade de ensino ainda estão longe de alcançar os objetivos propostos para o seu público alvo, e implicam, diretamente, no processo da gestão escolar, dentre outros aspectos.

Porém, a problemática que envolve a gestão escolar, atualmente, deve-se não somente à falta do desenvolvimento de competências das políticas públicas mas, também, de orientação consciente por parte da gestão pública de educação, observando todo processo de planejamento, juntamente com esse gestor escolar, a fim de que o mesmo possa ter ferramentas das quais possa fortalecer as bases escolares e subsidiar à sua comunidade escolar um ensino de qualidade.

Portanto, através de um ensino mais qualificado, pode-se esperar uma realização mais efetiva do processo educacional, visto que a educação de jovens e adultos traz uma diversidade cultural muito forte, envolvendo sujeitos que precisam de formação para o mundo de trabalho, e que necessitam da realização de um trabalho diferenciado utilizando, também, como ferramenta de incremento à educação, as tecnologias da informação e da comunicação.

REFERÊNCIAS

ALCOFARADO. Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

AMARAL. Wagner Roberto. **A Política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná**: recontando sua história e seus princípios, seus passos e (des)compassos. 2003. 234p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. 2003. Disponível em <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91291/amaral_wr_me_mar.pdf?sequence=1> Acesso em jun. 2016.

AMORIM. Antonio. **Gestão escolar e inovação educacional**: a construção de novos saberes gestores para a transformação do ambiente educacional na contemporaneidade 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT09-3967.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

AMORIM. Antonio; MUTIM, Avelar L. B. **Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica**. Salvador: EDUNEB, 2012.

AMPARO. Matheus Augusto Mendes; FURLANETTI. Maria Peregrina de Fátima Rotta. **Inclusão digital na educação de jovens e adultos**: dificuldades e desafios. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/Matheus1.pdf>> Acesso em jun. 2016.

ARAÚJO. Márcia Suely de Oliveira, **Educação de jovens e adultos**: gestão democrática e ação participativa dialógica em movimento. 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0324.pdf> Acesso em jun. 2016.

BALDUINO. Grazielle Eloísa. **Educação de Jovens e Adultos na Cultura Digital**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/43608/32525> Acesso em jun. 2016.

BARTINIK. Helena Leomir de Souza. **Gestão educacional**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004.** Organização: Jane Paiva, Maria Margarida Machado e Timothy Ireland. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=657-vol1ejaelt-pdf&Itemid=30192>. Acesso em jun. 2016.

BRZEZINKI. Iria. **LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos.** São Paulo: Cortez, 2014.

CAIXETA. Maria Dolores M. G. **Gestão Escolar e Formação de Professores no Contexto da Escola: um estudo no município de Araxá – MG.** 2006. Tese de Mestrado apresentada a UNIUBE. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraFormdo?select_action=&co_obra=111880>. Acesso em: jun. 2016.

CNE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>>. Acesso em: jun. 2016.

DANTAS. Tânia Regina. Formação de professores em EJA: uma experiência pioneira na Bahia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 147-162, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/471/406>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Tânia Regina. **A Alfabetização de Adultos Como Estratégia de Desenvolvimento Social.** 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_TaniaRegina.pdf> Acesso em: jun. 2016.

DI PIERRO. Maria Clara. Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/310/319>> Acesso em: jun. 2016.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social.** Traduzido por Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995.

KADLUBITSKI, Lidia. JUNQUEIRA, Sérgio. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da Fraternidade Universal. **INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade** / Uberlândia/ v. 5 n. 8 / p. 123-139 / jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/viewFile/6444/5898>>. Acesso em: jun. 2016

LEITE, Sergio Antônio da Silva. **Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA**. São Paulo: Cortez, 2014.

MELLO, Marcos. **Culturas e identidades juvenis: na EJA, de quem é mesmo o bagulho?** 2008. Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/emilio/autoria/artigos2009/artigo-marco-2009.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2010. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educa_cionais.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

SELAU, Bento; HAMMES, Lúcio Jorge. **Educação inclusiva e Educação para a paz: relações possíveis**. São Luis/MA: EDUFMA, 2009.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

VALE, Elizabete Carlos do. A EJA nos contextos de escolarização: interfaces entre a cultura e o currículo. **Espaço do Currículo**, v.6, n.3, p.462-473. Setembro a dezembro de 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em jun. 2016.

VALLE, Bertha de Borja Reis do; LEITE, Ana Maria Alexandre; ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.